

P R E F Á C I O

Se fosse ler e não escrever o prefácio deste livro me morável de Maria do Carmo Carvalho Campello de Souza, eu gostaria que ele me sugerisse transpor o capítulo II para depois dos capítulos III, IV e V.

Esta é uma observação do ângulo do público, a que se destina a obra, concebida que foi originariamente como t e s e de doutoramento, a ser analisada no círculo universitário. É que o magistério superior, a que me orgulho de haver pertencido, ama iniciar os debates pelo prisma teórico, no condigno *status* que sua complexidade e profundidade conferem, pressupondo que o objeto do estudo, em sua realidade imediata, seja familiar aos interlocutores.

O público, no entanto, é heterogêneo, especialmente o que será atraído por uma investigação acadêmica sobre o nos so sistema partidário. Assim, já alertado sucintamente, no capítulo I, para o balisamento metodológico da obra, ficaria in formado ou relembrado, na justa medida, dos fatos da nossa vi da partidária, nos capítulos III a V. Nesta perspectiva, viria depois o capítulo II, denso de teoria, e a ele seguir-se-iam com naturalidade os capítulos V e VI, nos quais a autora aprofunda a análise de pontos de vista alheios e formula suas próprias conclusões.

Descontem-se também — rabugice de quem pretenderia que a linguagem, mesmo dos especialistas, produzisse sempre a mais ampla comunicação — certas palavras ou expressões de

sentido muito afastado do comum, ou indicativas do que se poderia chamar *gíria acadêmica*, ou mais vinculadas a algum autor, sem os necessários esclarecimentos ao leitor mediano.

Relevem-se ainda, aqui e ali, os períodos que têm de ser lidos duas vezes, porque sua espinha verbal desce quase ao nível do restante fraseado, quando deveria emergir dele como as cordilheiras.

Depois disso e apesar disso, temos um grande livro. Que ro repeti-lo com ênfase: um grande livro. É um livro que honra a autora, na força de sua ilustrada juventude, e que exemplifica o alto padrão científico dos presentes estudos políticos sobre o Brasil, de escritores nacionais ou estrangeiros. Que diferença dos anos 40! Quando me preparei para manter em concurso uma cátedra interina de ciência política, só contava, a rigor, nas letras brasileiras, com as luzes pioneiras de Orlando Carvalho, com estudos históricos, jurídicos e mais escassamente sociológicos, com ensaios de doutrinação social e com depoimentos do mais variado nível, dispersos em numerosas fontes.

Hoje, Maria do Carmo — permita-se não ser cerimonioso a quem acaba de conversar com ela durante tantas páginas — dispõe de biblioteca especializada para aprofundar-se num breve período de nossa vida partidária: 1945 a 1964. E a enriquece com a contribuição de sua inteligência crítica, tão lúcida e tão bem equipada, apresentando afinal, sem temor dos analistas que a precederam, mais problemas e sugestões de pesquisa do que propriamente afirmativas doutorais, como ela própria o disse repetidamente.

Sob este aspecto, aliás, a autora foi modesta e atenciosa, porque não concordar já é concluir. E todo o livro é basicamente uma discordância, mas não dogmática e sim crítica, apontando novos rumos de investigação, o que também pressupõe conclusões.

Veja-se, por exemplo, o núcleo de sua argumentação. A seu ver, os estudos disponíveis subestimaram ou simplesmente deixaram de lado o papel *condicionante* do Estado em relação ao sistema partidário brasileiro. Isso nos permitiria dizer, com as deformações do exagero, que não é o sistema partidário que modela o Estado, mas o Estado que modela o sistema partidário, o que seria mais e ao mesmo tempo menos do que dizer que cada povo tem o sistema partidário que seu Estado merece.

Em sua linha de pensamento, a autora certamente alude ao Estado como emanção de poder, historicamente institucionalizada, mas considera não somente sua estrutura real de poder como também sua estrutura jurídica e bem assim o ideário com que exprime o seu sentido e procura captar consenso e vigor. Daí sua constante preocupação em focalizar a análise nos *mecanismos e processos de decisão*, como dado empírico de significação essencial.

Através dessas 'arenas decisórias' é que melhor se poderá examinar a função do sistema partidário (tomado em seu todo), sua maior ou menor representatividade (apurando-se primeiro o que ele efetivamente pretenderia representar), sua maior ou menor coesão interna (sem descurar nossa tradição federalista), sua confiabilidade por parte das bases políticas (com suas amplas áreas de pobreza e despreparo intelectual), em suma, as perspectivas da própria subsistência do

sistema partidário como instituição política. Onde não haja lugar para a influência dos partidos nas decisões de alcance público suas características tenderão a refletir a natureza e o grau de importância das decisões em que porventura influam, bem como a medida de sua influência em tais decisões.

Importante para a autora, nessa colocação do problema, é considerar a atividade política o objeto próprio de um campo independente de estudos; a ser pesquisada, portanto, em suas características específicas. Terá assim o cientista político de investigar, com dados empíricos, sempre no nível do objeto estudado, o que é que influi em que, como influi e com que resultados.

Ao mencionarmos o nível do objeto estudado, queremos significar a *proporcionalidade* dos elementos postos em confronto, como se pudéssemos utilizar, a título de ilustração, no plano conceitual, a imagem da *escala*, já que se medem as distâncias astronômicas em anos-luz, o comprimento das estradas em quilômetros e os micro-organismos em milésimos de milímetro.

Quando se utilizam pressupostos muito genéricos — como o interesse das classes sociais — para explicar não somente uma tendência ou orientação política, mas todos ou quase todos os atos políticos de um período, fica desde logo evidente o vício da desproporção entre os elementos confrontados, ou da falta de escala, ao qual talvez se pudesse dar a denominação, todavia medonha, de *anescalismo*.

É desnecessário lembrar que não estou reproduzindo expressões da autora, mas tão somente procurando seguir-lhe o raciocínio, até possivelmente com erro. Mas ela observa, por

exemplo, que não é certo, ou pelo menos não está demonstrado, que se deva tomar como hipótese fundamental, no estudo dos partidos, que sua representatividade seja estudada à base dos interesses das classes sociais que eles houvessem de representar; ou que idéias tão genéricas como interesses agrários, em contraposição a interesses urbanos, pudessem ser mais explicativos da atividade do Congresso ou do Executivo do que outros elementos como, por exemplo, a regionalização das forças políticas. Sem a possibilidade de se analisar cada problema político no seu nível e na totalidade do seu contexto, dificilmente se poderia manter a autonomia da ciência política na ampla área dos estudos sociais.

Assim, Maria do Carmo não se satisfez com as análises mais em voga do nosso sistema partidário e procurou colocar o estudo desse tema em outras bases metodológicas, para ver em que medida, guardadas as circunstâncias de tempo e lugar, o Estado condiciona o sistema partidário. E se fixou, para o desempenho dessa tarefa esclarecedora, no Brasil, no período de 1945 a 1964, duas datas muito significativas na evolução do nosso regime representativo.

De seu estudo resulta uma clara conclusão: a partir de 1945, influenciou na caracterização, na formação, na atuação e no destino do nosso sistema partidário a tendência autoritária e centralizadora dos períodos anteriores (notadamente a partir da revolução de 1930), o que impediu tivéssemos no período estudado uma vigorosa vida partidária. Pelas mesmas razões, por deixar de atender à ação condicionante do Estado, seria prematuro e possivelmente errôneo dizer-se que não haverá condições no Brasil — inclusive pela problemática do nosso tempo — para a instauração de um sistema partidário mais digno

do apreço dos analistas, dentro e fora das universidades.

Parece-me que a autora demonstrou a fertilidade da colocação que fez do seu tema. Foi também magistral sua agilidade crítica, ao confrontar com os dados empíricos disponíveis outras construções teóricas, baseadas em pressupostos diversos, as quais representam, não obstante, valiosas contribuições para o conhecimento dos nossos problemas econômicos, sociais e políticos.

Para ela, o maior mérito de sua tese de doutoramento foi haver aberto perspectivas para novas investigações. Realmente abriu. E um deles será investigar, de um lado, porque o Estado brasileiro, durante tão longo tempo vem acentuando, no fundamental, seu caráter autoritário e centralizador, que tanto condicionou nosso sistema partidário no período de que se ocupou este livro; de outro lado, investigar que perspectivas existem para uma possível mudança de rumo. Isso no entanto arrastaria o debate do seu deliberado enclausuramento espacial e temporal para o mar crespo de maiores controvérsias, e porventura com resultados decepcionantes.

Com efeito, até onde, nessa areia movediça das decisões políticas, se conseguirá demonstrar, com base empírica, não apenas que as grandes decisões não são arbitrárias no sentido individual da expressão, mas também que possam elas ser entrevistadas, ao menos como tendências, em razão de certos pressupostos que também não sejam arbitrários?

Considerando que este é o grande desafio da ciência política, o tema rebelde — que se põe, às vezes subrepticiamente, nas obras, como esta, de indiscutível valor científico —

é sempre, sob aspectos diferentes, o da própria viabilidade da ciência política. E é de se esperar que as universidades prosigam no seu luminoso esforço.

Está de parabéns Maria do Carmo Carvalho Campello de Souza, que já publicara um substancioso estudo sobre a vida partidária na República Velha (1968), por esta nova e aprofundada análise, que a inscreve, com traço indelével, na primeira linha dos nossos cientistas políticos.

*Victor Nunes Leal*

Setembro, 1976.